

Artigos



Desafios e demandas contemporâneos para o Serviço Social*

POTYARA A. PEREIRA PEREIRA**

Resumo: Trata o presente artigo das mudanças estruturais e políticas, típicas de um novo ciclo de expansão capitalista, conhecido como globalização, a qual, ao mesmo tempo em que integra, fraciona, produzindo variados antagonismos locais, regionais e nacionais. Caracterizando esse processo como uma das grandes marcas da hegemonia neoliberal, analisa as suas repercussões no contexto internacional e latino-americano, bem como os desafios que impõe ao Serviço Social.

Palavras-chave: mudanças estruturais capitalistas, globalização neoliberal, antagonismos globais e locais, política social, Serviço Social.

Contemporary challenges and demands for the Social Work

Abstract: This article discusses the structural and political changes, typical of a new cycle of capitalist expansion, known as globalization, which, at the same time it integrates, it also fractionates,

* Palestra proferida na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus (AM), no dia 17 de maio de 2007, a convite do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) da 15ª Região, por ocasião das comemorações nacionais da Semana do Assistente Social, e no Centro Universitário Nilton Lins, no dia 18 de maio de 2007.

** Professora titular do Departamento de Serviço Social (SER) do Instituto de Ciências Humanas (IH) da Universidade de Brasília UnB); coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (Neppos), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da UnB.

producing many local, regional and national antagonisms. Characterizing this process as one of the big landmarks of the neoliberal hegemony, it analyses its repercussions in the international and Latin-American context, besides the challenges that imposes it to the Social Work.

Keywords: structural capitalist changes, neoliberal globalization, local and global antagonisms, social policy and Social Work.

Contextualização do objeto da discussão

Tem-se falado muito de crises, dilemas e riscos no mundo contemporâneo. No entanto, sabemos que esses termos não são novos e que seu emprego ganha maior intensidade diante das mudanças cíclicas do sistema capitalista que, desde o seu nascimento, vem revolucionando ordens sociais estabelecidas e desafiando a capacidade humana de compreendê-lo e controlá-lo.

Tomemos como exemplo dessas mudanças cíclicas as provocadas pela Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, as quais inauguraram, de forma radical, uma nova era na história da humanidade. Isso gerou rupturas e tensões significativas decorrentes da instalação de um ciclo de desenvolvimento capitalista diferente do que se instalou nos fins do século XV e começo do século XVI, conhecido como Mercantilismo ou revolução comercial. Portanto, com a Revolução Industrial redefiniram-se não só as técnicas de produção, mas a relação antagonica entre capital e trabalho, assim como a forma de exploração do trabalhador que consolidou o poder da classe burguesa sobre a classe proletária nascente, instituindo, assim, uma inédita forma de dominação que iria se reproduzir, com variações, no tempo.

Foi no bojo deste processo que surgiu na Europa, no século XIX, a chamada *questão social*, inicialmente identificada

com um brutal pauperismo dos trabalhadores em meio à riqueza produzida com o avanço da industrialização, deixando clara uma irônica tendência que se faz presente até hoje (e que está na raiz de todos os nossos males sociais): no capitalismo, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento, a dinâmica que produz a riqueza é a mesma que produz e mantém a pobreza – o que significa que a pobreza no capitalismo é condição essencial para a existência e reprodução deste. Donde se conclui que a pobreza, a desigualdade, o desemprego e todas as formas de iniquidades sociais por que vem passando a humanidade, desde a ascensão do capitalismo como modo de produção dominante, têm a ver com essa lógica aparentemente incongruente.

Isso explica porque até hoje continuamos a falar de crises, dilemas e riscos, se bem que com outra conotação, porque estamos vivendo um outro e mais sofisticado ciclo de desenvolvimento ou expansão capitalista. Este atual ciclo se caracteriza por um processo de globalização *pelo alto*, como diz Ianni (2004), monitorado pela ideologia neoliberal, a qual, ao mesmo tempo em que desconsidera os quadros de referência teóricos, conceituais, técnicos, políticos, éticos e cívicos construídos pelos movimentos democráticos, desde o final do século XIX até os anos 1970, obriga a que todos se recoloquem num outro contexto, assim caracterizado: sistêmico, abrangente, sincrônico, entrelaçado em malhas (ou redes) em que parece não mais existirem classes sociais, confronto capital *versus* trabalho, nacionalismos, Estados nacionais nem valores de igualdade, liberdade positiva e de justiça social.

Se prestarmos bem atenção, as mudanças que este atual ciclo de expansão vem provocando – sob o impulso ininterrupto e acelerado da produção de novos conhecimentos e tecnologias –, não se restringem às relações econômicas.

Elas atuam também no âmbito da política, da ideologia e da cultura, penetrando nas profissões, nas ciências, nas artes, nas instituições de pesquisas, nos meios de comunicação.

Não é à toa a existência atual de uma *sociedade civil mundial* para a qual foram projetados os conflitos e dilemas nacionais e locais e onde prevalece a presença de corporações transnacionais junto com o domínio de “organizações multilaterais, como principais porta-vozes das classes dominantes” (Ianni, 2004, p. 26), isto é, da velha burguesia que, finalmente, estendeu o seu domínio no planeta e que, segundo Marx e Engels (1975), não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, as relações de produção e o conjunto das relações sociais.

Também não é à toa que, no bojo desse processo, se assista a mudanças nos métodos e nas explicações teóricas da realidade, valorizadoras de leituras pontuais, relativistas e fragmentadas, “desgarradas de circunstâncias históricas, fatores estruturais ou tradições culturais” (Borón, 2001, p. 360), que dispensam a crítica descomprometida com o *status quo*. Por conta disso, presenciamos nos círculos intelectuais, políticos, administrativos e executivos a preponderância do discurso pós-moderno, niilista, avesso ao pensamento crítico, que aposta no pragmatismo, na razão instrumental, no *marketing*, no espetáculo, no aligeiramento das análises e nas ações emergenciais e de curto prazo. Vivemos, por conseguinte, uma relação de “mal-estar *com* e *na* teoria”, para usar a expressão de Borón, e (querendo ou não) de permissividade com uma prática mecanicista e a-crítica – o que significa que precisamos repensar o Serviço Social no contexto desta nova realidade, tendo como contra-referência valores e princípios que negam esse estado de coisas como fatalidade ou predestinação.

Mas isso implica assumir uma postura de resistência e dissidência madura, constante, consciente e segura do projeto de sociedade e de profissão que queremos defender, porque o que temos pela frente é não só perturbador, mas também mistificador e sedutor. Não basta, pois, só a indignação e a predisposição de luta política e ética. É preciso também ter um *projeto teórico*, pois, sem este, corremos o risco de cair no voluntarismo e sermos seduzidos por falsas verdades.

Mudanças contemporâneas e críticas ao novo ciclo de expansão capitalista e às suas repercussões

Para dar uma idéia, em rápidas pinceladas, dos desafios atuais que ameaçam a democracia, a cidadania e a construção de uma sociedade justa, vejamos como eles são qualificados por pensadores eminentes.

O húngaro Istvan Mészáros (2003) fala da prevalência de *tragédias*, entre as quais está a expansão planetária do domínio neoliberal, com a sua *mitologia* do livre mercado e da livre competição. O perigo dessa mitologia, diz ele, é que ela, apesar de falsificadora, tem muitos e poderosos adeptos e ampla aceitação. No que diz respeito à política social e, conseqüentemente, ao Serviço Social, acrescentamos, ela é destruidora porque renega e espezinha tudo o que é *social, público, coletivo* e regido pelo estatuto da *cidadania ampliada, da democracia participativa* e da *igualdade substantiva, como: necessidades sociais, políticas públicas, direitos econômicos, sociais e culturais, justiça distributiva* – que são categorias centrais de um Serviço Social crítico e democrático.

Para os neoliberais, portanto, não existem *necessidades sociais*, mas *preferências individuais*, que só podem ser supridas pelo mercado. Da mesma forma, não existem

direitos sociais porque estes, a seu ver, dependem, para a sua realização, de vultosos recursos materiais e financeiros, freqüentemente inexistentes; por isso, os verdadeiros direitos na visão neoliberal são os individuais (especialmente os civis), associados a um tipo de *liberdade*, tida como *negativa*, porque nega qualquer intervenção pública sobre assuntos privados, incluindo a proteção social do Estado aos cidadãos. Sendo assim, os direitos sociais – intrinsecamente associados aos princípios da igualdade e da *liberdade positiva*, que prevêm a participação social ativa do Estado – vêm sendo descartados do discurso e das práticas sociais. O mesmo acontece com a categoria justiça social que se pauta pelo critério de equidade, e que recomenda *distribuir mais a quem tem menos*.

Isso é assim porque a ideologia liberal, desde os seus primórdios, se orienta por uma visão de mundo cujos princípios e critérios preconizam as desigualdades sociais como fenômenos naturais e não históricos, tanto quanto são naturais as desiguais capacidades físicas e psíquicas dos indivíduos. E, por serem naturais, as desigualdades sociais não podem ser qualificadas de *justas* ou *injustas* porque tal qualificação não se aplica à natureza, mas a atos humanos intencionais. Por isso, para os neoliberais, a existência de desigualdades sociais não obriga o Estado a realizar intervenções sociais como dever cívico e em nome da justiça distributiva, porque não foi ele o causador dessas desigualdades. Se o Estado tiver que intervir em situações sociais críticas, dizem eles, será em último caso, como ato humanitário, sem conotação de direitos e deveres, e com uma provisão mínima para não retirar dos beneficiários o incentivo ao trabalho.

Sendo assim, a pobreza, a ausência de saúde, a ignorância, o desemprego, o desabrigo, podem, no máximo, ser vistos como eventos *ruins* para a sociedade, mas nunca *injustos*, porque não há culpados pela sua ocorrência. É o

destino, dizem os neoliberais, que, com a sua *mão invisível*, cria e recria espontaneamente essas situações sem que se lhes possa imputar culpas. Portanto, a idéia de justiça social, segundo eles, não passa de uma miragem ou uma mistificação socialista.

Diante dessa visão de mundo, as políticas sociais que passaram a funcionar sob o neoliberalismo, a rigor, nem mereceriam esse nome, porque:

- a) não têm como prioridade a satisfação de necessidades sociais, mas o crescimento econômico ou o favorecimento da rentabilidade econômica privada, que é quem mais se beneficia da transformação de *necessidades sociais* em *preferências individuais*;
- b) não visam à concretização de direitos sociais, mas ao dismantelamento dos existentes por não reconhecê-los como direitos de cidadania;
- c) não têm como referência a justiça social, mas o *mérito* individual regido pelo critério da competição e da relação custo/benefício.

Em decorrência, na realização dessas políticas, que não são consideradas públicas, mas, no máximo, estatais, governamentais, plurais ou mistas, preponderam:

- a ação minimalista do Estado na distribuição de bens e serviços sociais, em contraste com uma significativa participação, nessa distribuição, do mercado e de setores não mercantis da sociedade, o que não garante direitos;
- políticas focalizadas na pobreza extrema, em substituição às políticas sociais universais, com tudo o que isso significa em matéria de estigma, baixa qualidade da prestação social, arbitrariedade no corte

seletivo para a focalização, e, ampliação da pobreza, porque tais políticas deixam no desamparo parcelas consideráveis da população pobre, não enquadradas na moldura da miséria;

- ressurgimento de condicionalidades, ou contrapartidas compulsórias, como mecanismo de controle do merecimento dos pobres aos benefícios a que teriam direito;
- substituição do *welfare* (bem-estar incondicional, baseado no *status* de cidadania) pelo *workfare* (bem estar em troca de trabalho, ou de sacrifícios), baseado na idéia de que qualquer prestação social pública deve ser acompanhada de obrigação do beneficiário de realizar um trabalho para obtê-la;
- culpabilização dos pobres pela sua situação de privação, a ponto de, em países como os Estados Unidos, eles serem chamados de subclasses (*underclasses*), dada a suposição estereotipada de que possuem uma cultura inferior – a “cultura da pobreza” – que os impede de progredir;
- substituição dos diagnósticos, baseados em análises dos determinantes da pobreza, por preconceitos morais que vinculam a pauperização das massas a comportamentos individuais desviantes;
- “refamiliarização”, ou revalorização da família e dos grupos informais e voluntários da sociedade, como importantes canais de absorção dos novos riscos sociais advindos do mau funcionamento do Estado e da ausência de vocação social do mercado, sem uma proteção social consistente para a família.

Isso tudo acontece num quadro de desafios sociais agudos que o polonês Adam Schaff (1996) chama de *cavaleiros*

do apocalipse, por estarem caminhando a passos largos contra a humanidade e sem que venham encontrando resistências ou enfrentamentos à altura. Dentre esses desafios destacam-se: o desemprego estrutural, que constitui, de fato, um dos maiores fantasmas da atualidade; a deterioração do meio ambiente; a ameaça bélica de novo tipo em que a possibilidade de grandes guerras entre potências vem cedendo lugar às ações terroristas, guerrilheiras, que podem recorrer a armas químicas, biológicas e até nucleares, agora ao alcance de muitos. Isso sem falar do acirramento do racismo, das lutas étnicas, religiosas e de fronteiras.

Nesse rol pode ser incluído o que os franceses Robert Castel (1998) e Pierre Rosanvallon (1998) denominam de “nova questão social”. Para Castel, ela se caracteriza como o enfraquecimento da sociedade salarial, responsável pela precariedade do trabalho e da vida de significativas parcelas da população mundial e, conseqüentemente pelo retorno do pauperismo, inclusive nas sociedades capitalistas avançadas. Rosanvallon, por sua vez, dá destaque à crise do Estado Providência, ou do Estado de Bem-Estar, do segundo pós-guerra e, portanto, à crise da sociedade securitária – crise essa responsável pela emergência de novas modalidades de insegurança de vida, não mais passíveis de serem tratadas com os antigos métodos de gestão social. Por isso, segundo ele, o que antigamente era considerado risco controlável e com cobertura garantida pela seguridade social, como o desemprego e a pobreza, hoje constitui uma situação natural, sem previsão de cobertura pública.

Há dois anos, os jornais noticiaram que o filósofo francês Jean Baudrillard, falecido recentemente, se referiu a “acontecimentos-bandidos”, em analogia ao termo “Estados-bandidos”, empregado pela política externa dos Estados Unidos para justificar a invasão norte-americana

em Estados considerados inimigos. Como acontecimentos-bandidos – muitos deles provocados pelo poder global dos Estados Unidos – Baudrillard indica a ocorrência encadeada tanto de insaciáveis e fanáticos atos terroristas, hoje sem fronteiras, quanto cataclismas naturais, ao lado de doenças universais, como a epidemia de Aids, a gripe aviária e a “vaca louca”, que, segundo ele, provocarão uma “revolução impossível” num mundo contaminado por uma espécie de vírus letal.

O fato é que, sendo *tragédia, apocalipse, nova questão social* ou *hecatombe universal*, é preciso reconhecer que convivemos, atualmente, com um novo conjunto de inseguranças sociais próprias de um novo tipo de sociedade, que alguns chamam de *pós-industrial*, na qual não estão mais presentes situações em que, antes dos anos 1970, o Serviço Social atuava, tais como:

- uma economia dominada pela indústria, que absorvia, de uma forma ou de outra, todo tipo de trabalhador, inclusive os de baixa qualificação profissional;
- uma ampla população economicamente ativa relativamente homogênea, embora predominantemente masculina, protegida por políticas sociais;
- a prevalência de famílias estáveis com alta taxa de fecundidade e uma população feminina dedicada majoritariamente fora do mercado de trabalho; e
- a existência de riscos duradouros, que datavam de gerações anteriores e cuja prevenção valia para avós, pais, filhos e netos. (Esping-Andersen, 2000, p.14).

Além disso, se antes os riscos ligados ao ciclo de vida das pessoas estavam concentrados nas duas pontas desse ciclo, isto é, na *infância* – que em muitos países era protegida universalmente com subsídios familiares – e na *velhice* – que

era atendida com pensões garantidas – hoje a situação é outra.

Com a mudança na estrutura da família, com o progressivo envelhecimento da população, com a queda da taxa de fecundidade, com o desemprego generalizado, com as inseguranças no trabalho e na aposentadoria, os riscos ligados à trajetória de vida das pessoas tendem a se estender a todos, incluindo, de maneira particularmente perversa, os jovens, porque a maioria deles nem sequer ingressa num mercado normalizado de trabalho, e as mulheres, porque passaram a competir, com desvantagens em relação aos homens, por um lugar nesse mercado. Isso mostra que a antiga proteção social dirigida ao trabalhador do sexo masculino para que ele provesse o sustento de sua família, incluindo as esposas, também se desfez ou está se desfazendo a passos largos. E mostra, também, que a atual presença de fenômenos como a feminização da pobreza e o uso corrente de conceitos como *sociedade dual*, de *dois terços* e *subclasse* – que indicam a existência de modos de vida cada vez mais contrastantes entre ricos e pobres – decorre do fato de que a satisfação de necessidades sociais e a garantia de oportunidades vitais de grande parcela da população estão sendo sistematicamente negligenciadas.

Pressupostos de possíveis resistências intelectuais e políticas

Para assumir uma atitude de resistência madura e responsável diante desse novo cenário da história, por mais quixotesca que ela possa parecer, é preciso partir de dois pressupostos:

Primeiramente não podemos nos furtar de entender a lógica e o funcionamento do atual ciclo de expansão capitalista

para que possamos conhecer não só os seus dinamismos, forças, determinações e influências, mas também suas contradições e mitos, que não são poucos. Neste compromisso, tem-se que recuperar um método de compreensão da realidade que dê conta de relacionar estrutura e história e desnude, sob o manto de uma globalização homogeneizadora, a existência de desigualdades profundas, classes sociais antagônicas, exploração do trabalho pelo capital, diferenças de gênero, de raças e de etnias, de religiões, de línguas, de territórios, de fronteiras e de formações locais, nacionais e regionais, que ainda existem e estão em ebulição. Tudo isso colocará em evidência que a atual fase de expansão capitalista gerou uma globalização que, ao mesmo em que integra e generaliza fenômenos e processos, fragmenta-os sob o impacto de mudanças que não se dão de forma igual, homogênea e com mesma velocidade.

Tudo se abala mais ou menos radicalmente, de modo desigual e contraditório. Tanto é assim que ocorrem ressurgências de nacionalismos e localismos, reafirmação de identidades presentes ou pretéritas, surtos de xenofobias, etnicismos, racismos e fundamentalismos não só religiosos, mas também culturais. (Ianni, 2004, p. 24).

Em segundo lugar as contradições agudas geradas pela transposição para o âmbito planetário dos processos de produção, troca, consumo, divisão do trabalho, estruturas de classes e poder vêm servindo de fermento para a ressurgência de movimentos – não só locais, mas também globais – portadores de propostas de sociedade e de civilização anti-liberais. Dentre esses movimentos que se organizam e lutam por outra globalização, vinda de baixo, estão todos aqueles que se empenham, como advoga Mézáros (2003), em livrar o trabalho do jugo do capital e em construir uma ordem social cujos objetivos sejam:

- produzir para a satisfação de necessidades sociais e não para a satisfação dos apetites do capital;
- enfatizar os valores de uso diante do predomínio dos valores de troca, que são quantitativamente contabilizados sob a forma de lucro;
- substituir a tendência atual de diminuição da taxa de utilização de produtos avidamente consumidos e desperdiçados, e, no lugar dela, propõe-se a utilização crescente desses produtos por milhares de pessoas que vivem na pobreza;
- enfrentar o fantasma do desemprego crescente com estratégias diferentes das usadas pela lógica do capital, como o subemprego e a informalidade, que, na verdade, são formas insensíveis de precarização do trabalho. O enfrentamento desse problema requer a instituição de uma nova concepção de trabalho em que predomine uma contabilidade qualitativa, isto é, em que as pessoas trabalhem para viver e não o contrário.

Esse, naturalmente, é um projeto de longo prazo, mas que não nos impede de agir no “aqui e agora”. Pelo contrário, diz Mézáros (2003, p. 122):

a razão pela qual devemos nos interessar por um horizonte muito mais amplo do que o habitual é para poder conceituar de maneira realista uma transição para uma ordem social diferente a partir das determinações do presente.

Repercussões do novo ciclo de expansão capitalista na América Latina e desafios para o Serviço Social

A realidade acima descrita pode ser verificada, com variações, no mundo todo. Entretanto, ela se apresenta de forma mais severa no chamado terceiro mundo.

No contexto latino-americano, tal realidade vem abalando as frágeis conquistas democráticas de seus habitantes, como atesta um documento sobre a democracia na América Latina, publicado pelo PNUD em 2004. Segundo esse documento,

os problemas centrais [da região] são a pobreza e a desigualdade, que não permitem aos indivíduos se manifestarem como cidadãos com plenos direitos e de maneira igualitária no âmbito público, corroendo assim as possibilidades de inclusão social. (PNUD, 2004, p.28).

Além disso, indicadores recentes mostram “que todos os países latino-americanos são mais desiguais que a média mundial” (*idem*) e mais atingidos pelo desemprego e pela diminuição da proteção social ao trabalhador. Com isso, na América Latina, aumentou o trabalho informal, o emprego precarizado e a insegurança social e de existência de milhares de pessoas.

Esta situação é tão dramática que uma pesquisa de opinião realizada para subsidiar o referido documento revelou que grande parte dos latino-americanos prefere viver sem liberdade (em regimes ditatoriais), mas sem pobreza extrema e desemprego, do que viver livre, mas desempregado e faminto.

Em vista dessa tendência, a adoção de um projeto contra-hegemônico na América Latina, exige, primeiramente, que os governos e a sociedade persigam uma democracia ampliada, tendo como referência mestra a justiça social. Isso significa remar contra o neoliberalismo e adotar uma perspectiva cujos princípios e argumentos sejam irreduzíveis à lógica utilitarista do mercado que se rege pelo cálculo do custo/benefício na realização das políticas sociais. Tendo a justiça social como referência mestra, a pergunta que os governos devem fazer ao pensarem em instituir políticas sociais é a seguinte, conforme Borón (2001): o que deve ser feito para combater as iniquidades

sociais? E não: quanto custará tal política e qual o seu impacto sobre as contas fiscais?

Tal pergunta instaura uma diferença fundamental em matéria de definição política, porque não implica opção técnica e pragmática, sob a forma de ajustes ou implantes estratégicos, mas exige postura teórica e política que se recuse a substituir a linguagem dos direitos pela dos negócios e a confundir necessidades sociais, que devem ser enfrentadas por políticas públicas, com preferências individuais que são atendidas, alimentadas e cultivadas pelo mercado. Significa, ainda, colocar como prioridade o combate à concentração de riqueza, porque, mais do que a pobreza, este é o grande problema brasileiro.

Esses são os pressupostos pelos quais um Serviço Social que pretenda ser inquieto, crítico e democrático tem de se pautar para não sucumbir às novidades de um discurso e de uma prática neoliberais sem compromissos sociais, como fizeram várias áreas de conhecimento e profissões.

Além disso, a categoria profissional precisa estabelecer contrapontos que contemplem pelo menos três frentes: a *formação profissional*; a *eleição de um paradigma alternativo* tanto ao empirismo positivista, ainda influente, quanto à atual onda pós-modernista que atinge a profissão; e o *estreitamento dos nexos* entre *prática profissional*, *pesquisa* e *teoria* em consonância com o paradigma eleito (Pereira-Pereira, 2005).

No que tange à *formação profissional*, deve ficar claro que esta é um processo que não se resume à garantia, ao corpo discente, de competências intelectuais e operativas, pois também deve visar à formação de *atores sociais*. Em outras palavras, isso quer dizer que a formação do assistente social só será qualitativamente relevante se – parafraseando José de Sousa Martins (1978) – os cursos de Serviço Social se transformarem em fontes criadoras de *tipos humanos* que, além

da capacidade de compreender adequadamente a realidade e atenderem eficientemente aos reclamos sociais a eles dirigidos, “possam estabelecer compromisso indiscutível com valores que transcendem mecanismos internos de sustentação deste ou daquele sistema” (Martins, 1978, p. 33). Sendo assim, há que se fazer distinção entre *formação*, cujo objetivo é gerar profissionais “capazes de criar além das restritas ou nulas possibilidades de inovação dadas pelos papéis profissionais já existentes” (*idem*) e *adestramento*, de acordo com o qual os cursos de Serviço Social seriam moldados pelas demandas do mercado e por imperativos dos blocos no poder. Ou seja, ainda segundo Martins, se guiados pelos propósitos da *formação*, os cursos de Serviço Social se identificarão com os objetivos e sentidos originais de uma Universidade, que são os de desenvolver funções criadoras por meio de seus diplomados; mas, se guiados pelo *adestramento*, tais cursos assumirão a feição de treinamentos técnicos ajustados a fins definidos externamente e sem a sua participação.

Quanto à *eleição de um paradigma alternativo*, sua importância se deve ao reconhecimento de que o modelo de ciência que se fundamentava em dualismos entre homem e natureza, matéria e espírito, teoria e prática, sujeito e objeto – e que fragmentava o campo do conhecimento social em disciplinas independentes e compartimentadas – padece de artificialismos que devem ser reexaminados. Contra o dualismo deve-se adotar a categoria *contradição* como a chave da compreensão relacional da realidade. Mas não apenas o dualismo como herança de um paradigma positivista que já encontrou seus limites deve ser rechaçado. O pós-modernismo a ele associado, com sua fluidez analítica, sua visão caleidoscópica do mundo e seus exacerbados relativismo e pragmatismo, deve ser recusado. Em seu lugar há que se eleger um outro paradigma cuja postura teórica e metodológica reconheça que:

- há unidade concreta no todo, que é dialeticamente contraditório, e não integradamente holístico ou confusamente caleidoscópico;
- perceba diferenças entre realidade e fantasia;
- não seja expressão de uma cosmovisão conservadora e nem queira recriar o mundo à imagem e semelhança dos poderes estabelecidos;
- não encare como natural a desigualdade social e se constitua em pressuposto de pesquisas e políticas que se coloquem a serviço das necessidades humanas e não das do capital.

Por fim, no que concerne ao caráter e à *função da pesquisa e da teoria* no Serviço Social, em consonância com o paradigma acima indicado, faz-se necessário explicitar que existem pesquisas e pesquisas. Ou melhor, existem investigações com o objetivo de testar teorias, produzir novos conhecimentos ou fazer avançar os quadros conceituais existentes, os modelos analíticos disponíveis e seus dispositivos metodológicos, referentes a um determinado campo do saber. Mas também existem outras investigações menos complexas, embora não menos importantes, como as que são realizadas para resolver problemas práticos ou particulares. Neste caso, “o pesquisador está, apenas, interessado em descobrir a resposta para um problema específico ou descrever um fenômeno da melhor forma possível” (Richardson, 1999, p.17) – o que condiz com o trabalho de muitos assistentes sociais, ao lado das primeiras modalidades de investigação acima indicadas.

Isso reforça a idéia já enunciada de que a pesquisa não é privilégio de poucos ou uma fórmula precisa que, planejada com minúcia, conduzirá sempre à descoberta da verdade. Mas também não é uma atividade banal que dispense aprendizagens e requerimentos subjetivos como *autenticidade, curiosidade e*

rigor investigativo (Quivy & Campenhoudt, 1998), aos quais deve-se acrescentar o *propósito de ruptura* com preconceitos e falsas evidências e de contribuir para a satisfação de legítimas necessidades sociais. Em outras palavras, isso quer dizer que, para se fazer pesquisa e com ela obter conhecimento, são necessários quadros teóricos e metodológicos explícitos, associados à tarefa de observação dos fatos concretos.

Além disso, deve haver uma procura autêntica e sincera da verdade, movida pela curiosidade de conhecê-la em proveito da atuação profissional responsável. Não a verdade absoluta, estabelecida de uma vez por todas pelos dogmas, mas aquela que se repõe sempre em questão e se aprofunda incessantemente devido ao desejo de compreender com mais justeza a realidade em que vivemos e para cuja produção contribuimos (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 24).

Essas são questões que não apenas devem ser encaradas como desafios, mas, acima de tudo, como objeto privilegiado de conhecimento e ação política sistemáticos e contínuos.

Referências

- BORÓN, A. *A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Fundamentos sociales de las economias postindustriales*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARTINS, J. S. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas*. Tomo I. Madrid: Editorial Ayuso, 1975.
- MÉSZÁROS, I. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n.1, p. 116-124, maio, 2003
- PEREIRA-PEREIRA, P. A utilidade da pesquisa para o Serviço Social. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v.4, n. 4, maio 2005.
- PNUD. *A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. *Manual de investigação em Ciências Sociais: trajetos*. Lisboa: Gradiva, 1998
- RICHARDSON, R. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSANVALLON, P. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- SCHAFF, A. La nueva izquierda: una necesidad urgente. In: TEZANOS, J. F. *La democracia post-liberal*. Madrid: Sistema, 1996.